

Clima de moratória agita o Planalto. E Sayad não fica de fora.

O clima posterior à decretação da moratória está agitando não só os ministérios e o Palácio do Planalto. A própria residência do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, voltou a ser utilizada como ponto de encontro, desta vez para o debate das medidas que estão sendo estudadas pelo governo para ajustar a economia brasileira à nova fase. Hoje será a vez dos principais dirigentes das entidades empresariais do País, convidados pelo ministro para um jantar, com um pedido extra para que permaneçam em Brasília durante todo o dia de amanhã. No cardápio de Funaro, o prato forte será o item importações.

O próprio presidente Sarney convocou ontem seis governadores para discutir em seu gabinete, junto com o ministro da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, a situação dos bancos estaduais, todos com grandes dívidas no Exterior e sem condições de pagá-las. Da reunião, que será às 15 horas, participarão os governadores Moreira Franco, do Rio, Tasso Jereissati, do Ceará, Hélio Gueiros, do Pará, Carlos Bezerra, do Mato Grosso, Pedro Ivo, de Santa Catarina, e Epitácio Cafeteira, do Maranhão.

Outro que não ficou alheio a toda a agitação decorrente da decretação da moratória é o ministro do Planejamento, João Sayad. Ele entregou ao presidente José Sarney um documento, preparado por ele próprio, com reflexões sobre os novos rumos da economia brasileira, com destaque para a ameaça inflacionária. No entanto, Sayad vem evitando comentar o teor de sua proposta porque ainda não obteve um sinal do

presidente da República, que, segundo informações oficiais, está lendo o documento cuidadosamente.

Trata-se, neste caso, de um estudo de caráter pessoal que não foi encomendado por Sarney.

O governo brasileiro quer reduzir o seu déficit público para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, mediante a aplicação de um programa de aperto da administração pública. A redução é pequena, considerando-se que no ano passado o percentual foi de 2,9% do PIB, de acordo com estimativas oficiais.

Ao anunciar ontem as projeções oficiais, o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, explicou que, pelo menos nos próximos meses, o governo poderá executar programas graças ao fato de ser "boa" a sua posição de caixa, que dispensa lançar mão de títulos. Segundo ele, outras fontes — uma referência ao Fundo Monetário Internacional — estimam o déficit brasileiro em 5% do PIB.

O orçamento da União para 1987 é de Cz\$ 556 bilhões, com a arrecadação tributá-

ria atingindo Cz\$ 441 bilhões. A maior parte da diferença, segundo o porta-voz, será coberta com títulos.

